

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 202403046**

**PROCESSO Nº 20.971.219-9**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ,  
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA  
DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, E O  
MUNICÍPIO DE CURITIBA, PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO  
PREVISTO NO DECRETO 2.641/2023,  
QUE INSTITUIU O PLANO PARANÁ  
MAIS CIDADES III.**

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.416.965/0001-21, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 2.511, Guaíra, CEP 80.610-011, Curitiba – PR, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada pelo Secretário(a) da dita Pasta, Sr. **Roni Miranda Vieira**, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº 8.XXX.160-X do CPF nº 031.XXX.659-XX, residente e domiciliado em Campo Largo-PR, e o MUNICÍPIO DE CURITIBA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.417.005/0001-86, com sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 817, em Curitiba, PR, CEP 80.530-908, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Rafael Valdomiro Greca de Macedo**, inscrito no CPF/MF sob nº 232.XXX.319-XX, doravante denominado CONVENENTE, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 20.971.219-9, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Resolução nº 028/2011 TCE-PR, regulamentada pela Instrução Normativa nº 061/2011, ou outras que venham a substituí-las, na Lei Complementar nº 101/2000 e no Decreto Estadual nº 2.641, de 29 de junho de 2023, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, nos termos da delegação governamental conferida pelo art. 6º, do Decreto nº 2.641, de 2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Convênio a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III,

mediante a aquisição de 02 (dois) kits, cada qual com 25 unidades de computadores ((CPU, monitor, teclado e mouse) com especificação mínima de 8 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 256 GB e Monitor LCD 21 Polegadas) e 01 (um) kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset (Chromebook com especificação mínima: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB e Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização nos Chromebooks em atividades pedagógicas), visando o atendimento do desenvolvimento a ser fomentado pelo convênio dentro do Plano “Paraná Mais Cidades III”, instituído pelo decreto estadual nº 2.641/2023, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado nº 20.971.219-9.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses após a sua assinatura, para cumprimento do seu objeto e prestação de contas final.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quando necessária a prorrogação de vigência do Convênio, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu término, acompanhada da devida justificativa.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **4.1. Fica a CONCEDENTE obrigada a:**

- 4.1.1. transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
- 4.1.2. inserir as informações pertinentes a este Convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, conforme dispõem a Instrução Normativa nº 61/2011 e a Resolução nº 28/2011, com nova redação dada pela Resolução nº 46/2014, ou outra que venha substituí-las;
- 4.1.3. dar publicidade ao Convênio no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SEED no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;

- 4.1.4. realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste Convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*;
- 4.1.5. analisar a prestação de contas da CONVENIENTE relativa aos valores repassados por conta deste Convênio, observados os arts. 714 e 715 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
- 4.1.6. monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, em conformidade com o Plano de Trabalho, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
- 4.1.7. notificar o CONVENIENTE, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;
- 4.1.8. comunicar ao CONVENIENTE qualquer irregularidade no uso dos recursos ou outra pendência de ordem técnica, tomar medidas para suspender a liberação dos recursos e fixar prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos;
- 4.1.9. apurar o dano, caso não sanada a irregularidade de que trata o item 4.1.8, mediante Tomada de Contas Especial, nos termos do disposto na Lei Estadual nº 20.656/2021;
- 4.1.10. comunicar à Controladoria Geral do Estado do Paraná qualquer irregularidade indicada no item 4.1.5, e à Procuradoria-Geral do Estado e ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou ato de improbidade administrativa;
- 4.1.11. disponibilizar a estrutura da SEED para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;
- 4.1.12. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- 4.1.13. assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto deste Convênio, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade; e
- 4.1.14. mencionar, explicitamente, a presente parceria e/ou afixar as respectivas logomarcas em todos os materiais de divulgação e promocionais resultantes do objeto deste Convênio.

**4.2. Fica o CONVENENTE obrigado a:**

4.2.1. abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;

4.2.2. aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Convênio e em conformidade com o Plano de Trabalho;

4.2.3. executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto deste Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como o contido no Plano de Trabalho;

4.2.4. na forma dos arts. 709, 710 e 711 do Decreto Estadual nº 10.086/2022:

a) aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês;

b) computar as receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior a crédito do Convênio e aplicar, exclusivamente, no seu objeto, mediante termo aditivo e aprovação de plano de trabalho readequado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Convênio; e

c) devolver ao CONCEDENTE, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial;

4.2.5. restituir os recursos, nos casos previstos no Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como de forma atualizada monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:

a) não for executado o objeto deste Convênio;

b) não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e

c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio;

4.2.6. apresentar, quando da formalização do Convênio, a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Débitos que ateste que está em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao CONCEDENTE/SEED, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão Trabalhista e documentos pertinentes ao

objeto, segundo o disposto no art. 11 do Decreto Estadual nº 7.265/2017, devendo mantê-las atualizadas durante toda execução do Convênio;

4.2.7. observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

4.2.8. fazer constar das notas fiscais o número do Convênio seguido da sigla SEED/PR;

4.2.9. iniciar a execução do Convênio em até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho;

4.2.10. observar as obrigações previstas no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-PR;

4.2.11. prestar contas por meio do Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizadas todas as informações relativas a execução do objeto dentro do prazo estabelecido e exigidos pelo sistema;

4.2.12. garantir o livre acesso de servidores da SEED, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências deste Convênio e aos locais de execução do objeto;

4.2.13. responsabilizar-se, de forma exclusiva:

a) pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE;

b) nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste Convênio, em especial pela correta utilização do(s) equipamentos adquirido(s);

c) pelos custos de instalação e todo e qualquer reparo ou conserto/manutenção dos equipamentos oriundos deste Convênio, salvo se já estiver previsto no custo de aquisição, devendo ser executado por empresa especializada no ramo;

d) pela manutenção, conservação e guarda dos equipamentos;

4.2.14. observar que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;

4.2.15. preservar todos os documentos originais relacionados com o Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos;

4.2.16. submeter-se à regulação instituída pelo gestor;

4.2.17. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto deste Convênio;

4.2.18. cumprir com os termos de garantia estabelecidos pelo Fabricante do(s) equipamento(s) adquirido(s);

4.2.19. cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

4.2.20. submeter-se à auditoria da SEED, apresentando toda documentação solicitada;

4.2.21. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto deste Convênio, extinção ou rescisão do ajuste;

4.2.22. efetuar a prestação de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiros subsequentes;

4.2.23. contabilizar e guardar os bens remanescentes, bem como utilizá-los para assegurar a continuidade de programa governamental, com apresentação de diretrizes e regras claras de utilização;

4.2.25. manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos habilitatórios exigidos para sua celebração;

4.2.26. cientificar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, os órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, o Ministério Público; e

4.2.27. mencionar, explicitamente, a presente parceria e/ou afixar as respectivas logomarcas em todos os materiais de divulgação e promocionais resultantes do objeto deste Convênio.

#### **CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS**

5.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de R\$ 255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais), serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, possuindo a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1 valor que será repassado pelo CONCEDENTE: R\$ 242.250,00 (Duzentos e quarenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais), à conta da dotação orçamentária n.º 41.4101.F.12.361.32.8371- Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Fundamental; natureza da despesa n.º 444042 - Auxílios, fonte de recursos n.º 500 - Recursos não Vinculados de Impostos, pré-empenho n.º 2024NR000319 expedido em 29.março.2024;

5.1.2 valor da contrapartida do CONVENENTE: R\$ 12.750,00 (Doze mil e setecentos e cinquenta reais), à conta da dotação orçamentária n.º 09001.12361.0002.1011.4.4.90.52.00.00 0 0 1 104 e 09001.12365.0002.1013.4.4.90.52.00.00 0 0 1 104; natureza da despesa n.º 4.4.90.52, fonte de recursos n.º 104, contrapartida que corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total da parceria.

5.2 na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição dos partícipes, conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tendo como parâmetros os valores mencionados nos itens 5.1.1 e 5.1.2 e eventuais acréscimos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

6.1 Os recursos do CONCEDENTE e a correspondente contrapartida do CONVENENTE, serão depositados em parcela única e na mesma data em conta bancária específica vinculada a este Convênio, de titularidade do CONVENENTE, a qual deverá ser aberta em instituição financeira oficial em etapa anterior à assinatura deste instrumento.

6.2 Na hipótese de os recursos não serem suficientes à consecução do objeto, a complementação será aportada pelo CONVENIENTE na forma de contrapartida, depositada e utilizada na mesma conta do Convênio.

6.3 O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo CONCEDENTE de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo.

6.4 A liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária.

6.5 A movimentação dos recursos somente poderá ocorrer mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não endossável, ordem bancária, transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, no caso de pagamento, o credor.

6.6 Os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o CONVENIENTE, obrigatoriamente, prestar contas ao CONCEDENTE e ao Tribunal de Contas do Estado, sendo que:

- a) as prestações de contas parciais deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento daqueles;
- b) a prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do cumprimento final do Convênio; e
- c) O CONCEDENTE terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES**

É vedado, especialmente:

7.1. a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

7.2. a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

7.3. o transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do Convênio;

7.4. o pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;

- 7.5. o pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do Convênio;
- 7.6. a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- 7.7. a realização de despesas em data anterior, ou posterior, à sua vigência;
- 7.8. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;
- 7.9. a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- 7.10. a realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do Convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
- 7.11. a transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- 7.12. a transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:
- a) membros do Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
  - b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.
- 7.13. estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do Convênio; e
- 7.14. a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Havendo indícios de irregularidades na execução do Convênio, poderá haver a suspensão do repasse de recursos financeiros, mediante justificativa idônea, até que as irregularidades sejam efetivamente apuradas por meio de procedimento administrativo que confira ampla defesa ao conveniente.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

8.1 O CONVENIENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei Geral de Licitações e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

8.2 O CONVENIENTE deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:

8.2.1 cópia do edital da licitação, acompanhado:

8.2.1.1 das concernentes atas;

8.2.1.2 das respectivas propostas;

8.2.1.3 dos contratos e eventuais termos aditivos;

8.2.1.4 da declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

8.3 A celebração de contrato entre o CONVENIENTE e terceiros não acarretará, sob qualquer hipótese, responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do CONCEDENTE, vínculo funcional ou empregatício e, tampouco, transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

## **CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO**

9.1 Os levantamentos decorrentes do acompanhamento, monitoramento e fiscalização na execução do presente Convênio serão registrados em relatórios de acompanhamento e inspeção, os quais serão considerados nas análises e conclusões dos pareceres técnicos e de gestão relacionados à realização do objeto, conforme acordado no Plano de Trabalho.

9.2. Fica designado(a) o(a) servidor(a) Késiene do Amaral Toledo, portador(a) da Cédula de Identidade/RG n.º 6.090.992-0 e do CPF n.º 030.569.449-96, como fiscal do Convênio, observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 699 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados, por meio de vistas *in loco*, material fotográficos e documentos previstos no art. 21 da Resolução n.º 28/TCE/PR (tais como Termo de Acompanhamento e Fiscalização, Certificado de Conclusão ou Recebimento Definitivo da Obra; Certificado de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos; Certificado de Compatibilidade Físico-Financeiro; Certificado de Cumprimento dos Objetivos; e Relatório Circunstanciado Sobre a Execução do Objeto da Transferência).

9.3. Fica indicado(a) como gestor(a) do Convênio, Eliane Alves Bernardi Benatto, portador(a) da Cédula de Identidade/RG n.º 3.712.839-2 e do CPF n.º 496.067.199-87.

9.4. Compete ao fiscal do Convênio, nos termos do art. 701 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

- a) ensejar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;
- b) acompanhar a execução do Convênio, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
- c) verificar a adequação da aquisição de bens e a execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pelo CONVENENTE com o efetivamente entregue ou executado;
- d) prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
- e) analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequações do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos, quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços;
- f) emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; e
- h) informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.5. Compete ao gestor do Convênio, nos termos do art. 700 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

- a) zelar para que a documentação do ajuste esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da prestação de contas;
- b) atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do ajuste;
- c) controlar os saldos de empenhos do Convênio;
- d) verificar o cumprimento dos prazos de prestação de contas do Convênio, efetuar as devidas análises e encaminhar os respectivos documentos ao ordenador de despesa, para deliberação;
- e) inserir os dados do Convênio, quando couber e não houver setor responsável por estas atribuições, no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou, no caso de Convênio com recursos federais, nos Sistema do Tribunal de Contas da União; e
- f) zelar pelo cumprimento integral do ajuste.

9.6 cumprirá, ainda, ao servidor fiscal, nos termos do art. 703, do Decreto nº 10.086, de 2022, a emissão dos seguintes documentos:

9.6.1 Termo de Acompanhamento e Fiscalização, por ocasião da verificação ou intervenção, descrevendo a ação desenvolvida, a situação na qual se encontra a execução do objeto, as divergências constatadas ao pactuado, os ajustes para saneamento e as eventuais omissões ou inobservâncias do acordado pelo CONVENENTE;

9.6.2 Termo de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos, pelo qual certifica que os equipamentos foram adquiridos conforme previsto, encontrando-se adequadamente instalados e em pleno funcionamento na atividade proposta nas dependências do CONVENENTE ou em outro local informado no Plano de Trabalho;

9.6.3 Termo de Compatibilidade Físico-financeira, na hipótese de o objeto não tenha sido concluído e a proporção executada possibilite a colocação do(s) bem(ns) em uso, certificando se o percentual físico executado é compatível ou não com o percentual dos recursos repassados;

9.6.4 Termo de Cumprimento dos Objetivos, quando do cumprimento integral do objeto conveniado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

Este Termo de Convênio poderá ser alterado mediante termo aditivo, devendo o seu extrato ser publicado no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas e da compatibilidade com o objeto do ajuste.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A readequação do Plano de Trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES E DA INALIENABILIDADE**

11.1 São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros deste convênio, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 Os bens remanescentes são de propriedade do CONVENENTE e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter ao domínio do CONCEDENTE na

hipótese de desvio de finalidade no seu uso ou ser fixada indenização do valor global aplicado, nos termos do art. 665, do Decreto nº 10.086, de 2022.

11.3 Os bens remanescentes deverão, enquanto servíveis, ser utilizados em ações ou atividades educacionais da rede pública de ensino ou, em não sendo possível, em outra destinação previamente autorizada pelo CONCEDENTE.

11.4 Após o transcurso do prazo de vigência deste Convênio, somente mediante declaração de inservibilidade do bem, emitida por uma comissão de servidores constituída pelo CONVENIENTE, ficará sem efeito a cláusula de inalienabilidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO**

12.1. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SEED, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

12.2. O CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do evento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho.

12.3. O Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, sendo que no caso de algum dos partícipes já tenha se comprometido financeiramente com a sua meta convenial, eventual não cumprimento do avençado pela outra parte que prejudique a funcionalidade do objeto pretendido permitirá que seja ajustada uma forma de compensação dos possíveis prejuízos entre os partícipes.

12.4. O presente Convênio será rescindido em caso de:

- a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;
- d) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- e) dano ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado;
- h) e nos demais casos previstos em Lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**

A eficácia deste Convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SEED, a qual deverá ser providenciada por esta, na forma do art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO**

Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente termo, de forma eletrônica, na presença das testemunhas abaixo.

*Curitiba, datado e assinado eletronicamente. Curitiba, datado e assinado eletronicamente.*

---

**Roni Miranda Vieira**  
Secretário de Estado da Educação  
Decreto n.º 00011/2023

---

**Rafael Valdomiro Greca de Macedo**  
Prefeito de Curitiba

TESTEMUNHAS:

---

Rafael Fernando da Silva Possette  
CPF: XXX.404.739-XX

---

Nome: Edumar Klasa  
CPF: XXX.550.749-XX

Documento: **2\_Termo\_Convenio\_Resolucao\_n\_031\_2024\_PGE\_FORMALIZACAO\_MUNICIPIOS\_II2.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Rafael Valdomiro Greca de Macedo** em 15/05/2024 12:13, **Roni Miranda Vieira** em 20/05/2024 10:52.

Assinatura Avançada realizada por: **Edumar Klasa (XXX.550.749-XX)** em 02/05/2024 10:22 Local: SEED/DG/UTCP, **Rafael Fernando da Silva Possette (XXX.404.739-XX)** em 02/05/2024 14:23 Local: SEED/DG/UTCP.

Inserido ao protocolo **20.971.219-9** por: **Edumar Klasa** em: 02/05/2024 10:18.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**1b482bdc3eba9456df31a2886728defd**.



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Protocolo n.º 24.012.602-8 – Convênio n.º 202403046 – 1º Termo Aditivo (página 1 de 2)

**TERMO ADITIVO  
PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DE CONVÊNIO**

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 202403046, PROTOCOLO N.º 24.012.602-8, CELEBRADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED/PR E PELO MUNICÍPIO DE CURITIBA, QUE TEM POR OBJETO A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PREVISTO NO DECRETO 2.641/2023, QUE INSTITUIU O PLANO PARANÁ MAIS CIDADES III.

**CONCEDENTE:** O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 2511, Guaíra, Cep. 80.610-011, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.965/0001-21, neste ato representado pelo Secretário da Educação Roni Miranda Vieira, nomeado(a) pelo(a) Decreto/Portaria n.º 00011/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXX.851.659-XX, portador(a) da carteira de identidade n.º X.XXX.160-8.

**CONVENENTE:** Município de Curitiba, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o n.º 76.417.005/0001-86, com sede na Avenida Cândido de Abreu, 817, Cep. 80.530-908, neste ato representado por Eduardo Pimentel Slaviero, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o n.º XXX.764.179-XX, portador da carteira de identidade n.º X.XXX.940-0, residente e domiciliado no Município de Curitiba, e-mail [sme@sme.curitiba.pr.gov.br](mailto:sme@sme.curitiba.pr.gov.br) e telefone (41) 3350-8484.

OS PARTÍCIPES celebram este termo aditivo, com fundamento no art. 706 do Decreto n.º 10.086/2022, estabelecem as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Convênio nº 202403046, nos termos da sua Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

Fica prorrogada a vigência do Convênio pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 23/05/2025 até 22/05/2026.

**Parágrafo Único.** O Plano de Trabalho fica alterado quanto ao seu termo final e, se necessário, seu Cronograma de Desembolso, conforme aprovação prévia da autoridade competente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Termo Aditivo tem por fundamento o art. 706 do Decreto n.º 10.086/2022.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no convênio inicial.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**



Protocolo n.º 24.012.602-8 – Convênio n.º 202403046 – 1º Termo Aditivo (página 2 de 2)

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

O resumo deste instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

Por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

*Curitiba, datado e assinado  
eletronicamente.*

*Curitiba, datado e assinado  
eletronicamente.*

**Roni Miranda Vieira**  
Secretário de Estado da Educação  
Decreto n.º 00011/2023

**Eduardo Pimentel Slaviero**  
Prefeito de Curitiba

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Rafael Fernando da Silva Possette  
CPF: XXX.404.739-XX

\_\_\_\_\_  
Nome: Edumar Klasa  
CPF: XXX.550.749-XX



ePROCOLO



Documento: **19\_1\_TERMOS\_ADITIVO\_CONVENIO\_202402046\_PRORROGACAO\_PRAZO\_CONVENIO\_SEED\_E\_CURITIBA.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Eduardo Pimentel Slaviero** em 21/05/2025 07:36, **Roni Miranda Vieira** em 23/05/2025 16:26.

Assinatura Avançada realizada por: **Edumar Klasa (XXX.550.749-XX)** em 20/05/2025 15:38 Local: SEED/DG/UTCP/CONVENIOS, **Rafael Fernando da Silva Possette (XXX.404.739-XX)** em 20/05/2025 16:06 Local: SEED/DG/UTCP/CONVENIOS.

Inserido ao protocolo **24.012.602-8** por: **Edumar Klasa** em: 20/05/2025 08:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**602b9a5ddebba63d02a85d8016bec797**.

**PROTOCOLO: 24.012.602-8**

**PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO 1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO  
Nº 202403046**

**DADOS DOS PARTICÍPES**

<b>CONCEDENTE:</b> Secretaria de Estado da Educação			<b>CNPJ/MF</b> 76.416.965/0001-21	
<b>Endereço:</b> Av. Presidente Kennedy, 2.511	<b>Município</b> Curitiba	<b>UF</b> PR	<b>CEP</b> 80.610-011	<b>Telefone</b> (41) 3340-1701
<b>Web site:</b> <a href="http://www.educacao.pr.gov.br">www.educacao.pr.gov.br</a>		<b>Endereço Eletrônico (e-mail):</b> gabinete.seed@educacao.pr.gov.br		
<b>Nome do Responsável</b> Roni Miranda Vieira				
<b>Decreto de Nomeação</b> 00011/2023		<b>Cargo:</b> Secretário da Educação		
<b>CONVENENTE:</b> Município de Curitiba			<b>CNPJ/MF</b> 76.417.005/0001-86	
<b>Endereço:</b> Avenida Cândido de Abreu, 817	<b>Município</b> Curitiba	<b>UF</b> PR	<b>CEP</b> 80.530-908	<b>Telefone</b> (41) 3350-8484
<b>Web site:</b> <a href="http://www.curitiba.pr.gov.br">www.curitiba.pr.gov.br</a>		<b>Endereço Eletrônico (e-mail):</b> <a href="mailto:sme@sme.curitiba.pr.gov.br">sme@sme.curitiba.pr.gov.br</a>		
<b>Nome do Responsável</b> Eduardo Pimentel Slaviero				
<b>Cargo:</b> Prefeito Municipal				

**I – DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO**

Constitui objeto deste Convênio a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, mediante a aquisição de 02 (dois) kits, cada qual com 25 unidades de computadores ((CPU, monitor, teclado e mouse) com especificação mínima de 8 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 256 GB e Monitor LCD 21 Polegadas) e 01 (um) kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset (Chromebook com especificação mínima: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB e Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização nos Chromebooks em atividades pedagógicas), visando o atendimento do

desenvolvimento a ser fomentado pelo convênio dentro do Plano “Paraná Mais Cidades III”, instituído pelo decreto estadual n.º 2.641/2023, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

## II – JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO 1º ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO

O aditivo será formalizado de acordo com a Minuta “A” da Resolução n.º 091/2024 da Procuradoria Geral do Estado – PGE, quanto às novas especificações, conforme justificativa técnica abaixo.

Em demonstração de interesse, o conveniente solicita a prorrogação de prazo de vigência do Convênio. O pedido de Aditivo está amparado pelo Decreto n.º 10.086/2022, Art.706.

“Art. 706 As alterações do convênio ou termo de cooperação serão formalizadas mediante termo aditivo, cujo resumo do seu extrato deverá ser publicado pelos partícipes no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

§ 1º A alteração do convênio ou termo de cooperação dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado e, no caso do convênio, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas, observada a compatibilidade com o objeto do ajuste.

§ 2º A readequação do plano de trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação autoridade competente”.

Com a prorrogação de prazo de vigência do Convênio 202403046, possibilitará a aquisição 02 (dois) kits, cada qual com 25 unidades de computadores ((CPU, monitor, teclado e mouse) com especificação mínima de 8 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 256 GB e Monitor LCD 21 Polegadas) e 01 (um) kit com 25 unidades de Chromebook e 25 unidades de Headset (Chromebook com especificação mínima: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB e Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização nos Chromebooks em atividades pedagógicas). O município de Curitiba, conforme solicitado no Ofício n.º 556/2025 - SME, e em atendimento ao Art. 706 do Decreto n.º 10.086/2022, poderá atender as unidades de ensino municipal, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente previstas.

A formalização do 1º Termo Aditivo do Convênio 202403046, dará condições em executar o atendimento do objeto pactuado.

## III – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DE DESEMBOLSO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ETAPA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO	VALOR R\$
I	• Planejamento e procedimentos administrativos para a aquisição/homologação	04 (quatro) meses	-----
II	• Aquisição do bem. • Demais procedimentos e autorizações necessárias.	06 (seis) meses	R\$ 242.250,00 SEED R\$ 12.750,00 Município

<b>III</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Execução do objeto e avaliação do serviço prestado, com acervo fotográfico e com número de série</li> </ul>	02 (dois) meses	-----
<b>TOTAL</b>		R\$ 255.000,00	

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

#### • CONCEDENTE - SEED

PARCELA	PERÍODO	VALOR R\$
ÚNICA (Conforme cláusula 6.1 do Termo de Convênio)	Mediante a publicação do extrato do Termo de Convênio no DIOE.	R\$ 242.250,00

#### • CONVENENTE - Município

PARCELA	PERÍODO	VALOR R\$
ÚNICA <b>Contrapartida</b> (Conforme cláusula 6.1 do Termo de Convênio)	Mediante a publicação do extrato do Termo de Convênio no DIOE.	R\$ 12.750,00

### IV – PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA	MODELO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	VALOR R\$
4.4.90.52.35	Chromebook: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB.	R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)
4.4.90.52.33	Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização nos Chromebooks em atividades pedagógicas.	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
4.4.90.52.35	Computador: (CPU, monitor, teclado e mouse) com especificação mínima de 8 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 256 GB e Monitor LCD 21 Polegadas.	R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)
Total R\$		R\$ 255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais)

### V – DADOS BANCÁRIOS DO ÓRGÃO

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PREFEITURA DE CURITIBA</b>	
BANCO: 001	AGÊNCIA: 3793-1	CONTA CORRENTE: 14.599-8
Poupança ouro n.º 510.014.599-0		Poupança Poupex n.º 960.014.599-2

## VI – DA COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

Por meio do referencial de preços, deliberado pelos protocolos n.º 20.163.309-5 e n.º 20.290.875-6, inserido neste caderno administrativo, é possível verificar que os preços praticados no mercado são compatíveis com os recursos financeiros apresentados e disponibilizados no Plano Paraná Mais Cidades III, cujo objetivo é fortalecer o regime de colaboração na educação entre Estado e Municípios, por meio de iniciativas que contribuíssem para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## VII – DA RELAÇÃO ENTRE CUSTOS E RESULTADOS

Os custos apresentados, nesse plano de trabalho, visam o atendimento aos municípios através do Plano Paraná Mais Cidades III. Almeja-se que os alunos atendidos, através desse programa, possam desenvolver competências digitais, através do objeto desse convênio. Competências que consistem na mobilização e desenvolvimento de habilidades tecnológicas que envolvem a aquisição de conhecimento, valores, atitudes, regulamentos e ética para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Essas competências são indicadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens como a cultura digital:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018)

Assim, o uso das tecnologias auxilia, não apenas como suporte para promover o trabalho pedagógico, mas como direito de aprendizagem do estudante que se materializa através do acesso ao mundo digital.

O 1º Aditivo do Termo de Convênio permitirá ampliação do atendimento às escolas da Rede Municipal, conforme item **“I – DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO”**.

## TERMO DE APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO 1º ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO

Por fundamento no § 1º, Art. 706, que ampara o aditivo:

“Art. 706 As alterações do convênio ou termo de cooperação serão formalizadas mediante termo aditivo, cujo resumo do seu extrato deverá ser publicado pelos partícipes no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

§ 1º A alteração do convênio ou termo de cooperação dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho adequado e, no caso do convênio, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas, observada a compatibilidade com o objeto do ajuste.

§ 2º A readequação do plano de trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação autoridade competente”.

Na forma deste Plano de Trabalho, documento integrante ao 1º Aditivo do Termo de Convênio n.º 202403046, manifestamos ciência e aprovação, declarando ainda que permanecem inalteradas as demais cláusulas.

*Curitiba, datado e assinado eletronicamente.*

*Curitiba, datado e assinado eletronicamente.*

**Roni Miranda Vieira**  
Secretário de Estado da Educação  
Decreto n.º 011/2023

**Eduardo Pimentel Slaviero**  
Prefeito Municipal



ePROTOCOLO



Documento: **18\_1\_ADITIVO\_Plano\_Trabalho\_do\_Convenio\_202402046\_Municipio\_Curitiba.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Eduardo Pimentel Slaviero** em 21/05/2025 07:36, **Roni Miranda Vieira** em 21/05/2025 11:54.

Inserido ao protocolo **24.012.602-8** por: **Edumar Klasa** em: 20/05/2025 08:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**77fafc4968326ba8a4ea3ba4f9dde612**.